

Fundação promove São João fora de época em Julho

Comemorar as festas juninas sempre foi uma tradição na Fundação Margarida Maria Alves, em anos anteriores realizou o Forró dos Juristas Populares, ligado ao Curso de Formação de Juristas Populares. Esse ano, a entidade trás de volta a comemoração e promoverá em conjunto seu primeiro bazar e brechó do ano.

O São João das Margaridas acontecerá no dia 22 de julho, a partir das 15h, na sede da Fundação e trará produtos à venda, música, comidas, bebidas típicas e outras tradicionais atividades da época.

Marcelo Soares, Assessor de Comunicação da Fundação, destaca que o evento “busca também criar uma interação entre os juristas populares formados e os atuais cursistas, em uma grande celebração de confraternização e direitos humanos”.

Ele ressalta ainda que como o Curso de Formação de Juristas Populares estava sem ser realizado o São João tradicional da Fundação também estava parado. “Sempre fazíamos essa festa junina ligada ao nosso Curso de Juristas, mas, desde 2013



não que o curso não era realizado. Com o retorno das atividades dele resolvemos voltar também com as comemorações juninas e, assim, aproveitar para não só confraternizar com nossos cursistas e não-cursistas, amigos e beneficiários, mas também arrecadar fundos pra entidade com a venda de produtos restantes do bazar e brechó que fizemos ano passado.”

O evento também irá promover o lançamento do segundo volume da coletânea Pálida Ribalta escrito por Dr. José Ewerton Nóbrega, advogado e colaborador da Fundação, além de uma

campanha de doação de livros para serem distribuídos no próximo dia 30 de julho na primeira Ciranda de Direitos promovida pela entidade no ano. A atividade ocorrerá no município de Santa Rita/PB, na comunidade de Tibiri II das 09h às 13h.

Marcelo ressalta que “a campanha de doação se integra a parceira com à Associação Flor Mulher, de Santa Rita, e pretende disseminar o estímulo a leitura na população local que for à Ciranda, além de provocar a curiosidade deles para o conhecimento diversificado”.

Editorial

Chegamos ao meio de 2016, um ano conturbado nacionalmente, mas bem interessante para nossa entidade.

Participamos de diversos eventos, iniciamos uma nova turma do nosso Curso de Formação de Juristas Populares, conhecemos novas realidades vindas dos alunos e comunidades que visitamos e agora para comemorar esse meio do caminho iremos realizar novamente uma festa junina em pleno mês de Julho.

Esse espírito de confraternização foi sempre o que motivou a Fundação em seus objetivos, projetos, cursos e dia a dia. Buscar estar em contato com o outro, se preocupando com a melhoria de vida de todos em nosso país e lutando por causas tidas por muitos até perdidas.

Nessa edição de nosso jornal falamos sobre essa jornada nos últimos meses. Esperamos que você goste e quem sabe até nos mande sua opinião.

Café com Prosa discute Direitos Humanos



Aconteceu em março o encontro Chá com Prosa, evento organizado pelo Instituto Marista de Solidariedade (IMS) na sede do Colégio Marista Pio X, João Pessoa, com o intuito de debater os Direitos Humanos e diversas temáticas que permeiam a sociedade. Nessa edição, foi debatido o tema “Os Direitos e as Conquistas das Mulheres.”

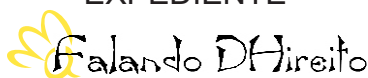
A convite da organização, a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves participou na presença de seu pedagogo José Marcos Salgueiro. Participou também a articuladora do Centro 08 de Março, Larina Lacerda, ministrando uma palestra e conversando com os jovens sobre o tema.

Para José Marcos Salgueiro, participar foi

instigante por poder dialogar com jovens sobre questões tão atuais da vivência em sociedade. “Foi muito bom a Fundação participar do evento pois é uma atividade que não direciona o contexto do diálogo e deixa que ele se construa a partir do bate papo com os alunos, essa abertura contribui para uma melhor maturidade dos participantes em questões tão importantes de serem discutidas como a feminina e a dos direitos humanos. Fiquei feliz de ver os alunos expressando seu conhecimento e percepção da realidade que o tema propunha”, destaca.

Mais informações sobre futuras edições do Chá com Prosa podem ser adquiridas pelo telefone (83) 4009-2700 ou diretamente na sede do Colégio Marista Pio X, localizada na Praça da Independência, 150, Tambiá João Pessoa – PB, CEP 58020-544, das 07h às 18h.

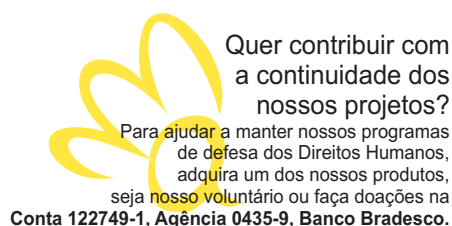
EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da
Fundação de Defesa dos Direitos
Humanos Margarida Maria Alves.
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Telefone/fax: 3221-3014
www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
Jornalista responsável:
Marcelo Soares (DRT 2612 /PB)
Fotos: arquivo da entidade
Tiragem: 1000 exemplares
Apoio: Misereor
Impressão: Gráfica JB



<http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/>
Fundação Margarida Maria Alves
FundacaoMMAlves



Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?
Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

Filiada ao



Fundação Margarida Maria Alves participa de Encontro de Donatários da Fundação Interamericana

A Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves participou do Encontro de Donatários Brasil da Fundação Interamericana (IAF), que aconteceu em João Pessoa/PB no mês de abril. O evento teve como objetivo proporcionar uma oportunidade de troca e aprendizado entre as organizações apoiadas pela IAF, além de refletir coletivamente sobre os desafios identificados e formas de cooperação e parcerias entre as organizações.

A Fundação foi representada por Izabella Chaves, Coordenadora do Curso de Formação de Juristas Populares, Marcina Pessoa, Coordenadora de Projetos, e Severino dos Santos, Jurista Popular formado pela Fundação em uma das turmas apoiadas por IAF. Na ocasião estavam presentes representantes de cerca de 70 entidades de defesa dos direitos humanos de todo o Brasil.

Segundo Izabella, esse encontro foi de extrema importância não só para a Fundação, mas também para a cidade. “Este encontro sendo sediado em João Pessoa é importante pois proporciona um intercâmbio com as mais variadas entidades que atuam de diversas formas no Brasil. Podemos, assim, conhecer outras realidades e



Grupo de debates e apresentações de experiências

experiências que, com certeza, agregam a nossa vivência e planos futuros”, destacou.

A Fundação Interamericana (IAF) foi criada pelo Congresso dos EUA em 1969 para canalizar a ajuda no desenvolvimento diretamente às pessoas de baixa renda organizadas na América Latina e no Caribe. A IAF tem cumprido seu mandato respondendo com o apoio de doações às ideias mais criativas de auto ajuda recebidas de grupos de base e organizações não governamentais. Também incentiva parcerias entre organizações comunitárias, empresas e governo local, destinadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas de baixa renda e fortalecer as práticas democráticas.

Sua missão é reforçar os

vínculos de amizade e compreensão entre os povos deste Hemisfério; apoiar iniciativas de auto ajuda destinadas a aumentar as oportunidades de desenvolvimento individual; incentivar e ajudar uma participação eficaz e cada vez mais ampla das pessoas no processo de desenvolvimento; promover o estabelecimento e crescimento de instituições democráticas, tanto privadas como públicas, de acordo com os requisitos dos países soberanos deste Hemisfério.

Mais informações podem ser adquiridas pelo site: <http://portugues.iaf.gov>

Curso de Juristas Populares encerra oficinas e inicia módulos de direito

Discutir como se configura o Direito em seus diversos aspectos jurídicos é a abordagem tema dos módulos do Curso de Formação de Juristas Populares 2016 que iniciaram em Maio. O objetivo foi mostrar aos cursistas como manusear a Constituição, utilizando regras de orientações básicas, além de discutir a construção histórica do constitucionalismo e aplicar uma metodologia de ensino jurídico popular com encenação teatral e jogos didáticos desenvolvidos para os cursistas melhor fixarem os conhecimentos.

Parte fundamental do Curso, os módulos de direito são formados por 08 temáticas: Direito Constitucional;

Constitucional aos problemas da comunidade; Organização do Poder Judiciário; Noções de Direito Civil; Noções de Direito de família e de mediação de conflitos; Noções de Direito Trabalhista e Previdenciário; Noções de Direito Penal e Noções de Direito Urbano e Política Urbana.

Os módulos de Direito Constitucional e Organização do Poder Judiciário tiveram como facilitadores a advogada da Fundação e coordenadora do Curso, Izabella Chaves, o estudante de Ciências Sociais da UFPB e estagiário da Fundação, Davi Duarte e o bacharel em Direito pela UFPB e Jurista Popular formado pela Fundação Margarida Maria Alves no ano de 2009, Suellynton de Lima Silva, e a

Defensora Pública Federal, Mestre em Desenvolvimento Regional pela UEPB e Membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Diana Andrade.

Os dois primeiros módulos focaram nas noções gerais sobre a Constituição, seus preâmbulos, espécies, finalidades, como ler e entender sua estrutura e a estrutura político-administrativa do país segundo a Constituição Federal de 1988. Além disso, os cursistas receberam, cada um, uma cópia da Constituição e realizaram atividades lúdico-pedagógica de teatro para encenar casos reais de



violência contra a mulher.

Suelyton destaca que facilitar o conteúdo foi um momento especial: “Na Fundação tive grande suporte na área de Direito como cursista, voltar hoje e poder repassar o conhecimento que adquiri na graduação foi fantástico. É gratificante essa troca de contato com pessoas de vários segmentos sociais, que militam na prática”.

Já Diana Andrade, Defensora Pública Federal, ressalta a troca de conhecimentos das entidades civis com órgãos públicos. “A participação da Defensoria Pública no Curso é importante, principalmente, para a própria Defensoria, porque conseguimos nos aproximar de quem realmente precisa da assistência jurídica gratuita que a instituição oferece e é incumbida de prestar pela constituição”, disse.

Ela explicitou ainda a necessidade da interiorização da Defensoria Pública: “A DPU na Paraíba infelizmente só abrange as cidades próximas da região de Campina Grande e João Pessoa. Existem ainda muitas varas da Justiça Federal pelo Estado que não contam com a ação do Defensor Público Federal, como em Patos, Guarabira, Monteiro, Sousa, entre outras”.

O Curso de Formação de Juristas Populares segue até setembro em sua 14ª turma. Contará com novas inscrições para a turma 2017 no fim do segundo semestre. Mais informações pelo site: [/www.fundacaomargaridaalves.org.br](http://www.fundacaomargaridaalves.org.br), pelo telefone: 83 3221-3014 ou pelo e-mail fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br.



Diana Andrade, Defensora Pública Federal



Suelyton de Lima Silva no módulo de Direito Constitucional II

12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos discutiu o tema em Brasília

Realizada entre os dias 24 e 29 de abril, em Brasília, as Conferências Conjuntas de Direitos Humanos contou com a participação de mais de sete mil pessoas, segundo informes do evento, que discutiram a necessidade de mais avanços no campo dos Direitos Humanos no Brasil.

Na cerimônia de conclusão das atividades, a ministra das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes, agradeceu o empenho de todos os participantes em debater de forma conjunta diversas temáticas, destacando como uma das principais conquistas a autorização do uso do nome social de transexuais e travestis em todos os documentos oficiais da administração pública federal.

Izabella Chaves, representante da Fundação na 12ª Conferência de Direitos Humanos, destaca que o evento foi muito organizado, “impressionou o cuidado com todas e todos presentes, considerando as especificidades dos diversos grupos. Durante uma semana conviveram harmonicamente pessoas com deficiência, povos da floresta, das mais diversas religiões e inclusive sem religião, LGBTTS, crianças, adolescentes, idosos, enfim, naquelas pessoas representou-se toda a pluralidade da nossa



Izabella Chaves na Conferência Nacional de Direitos Humanos

sociedade”.

Ela aponta ainda que a Conferência Nacional teve suas discussões divididas em 3 eixos: Afirmação e fortalecimento da democracia; Garantia e universalização de direitos e promoção e consolidação da igualdade. “A Fundação foi escolhida por sua história de defesa dos direitos humanos, e notadamente da área de educação jurídica popular, para participar do sub-eixo IV: Educação em Direitos Humanos, que está inserido no Eixo I. Diante da pluralidade de temas e riqueza de experiências trazidas por mais de 2 mil defensores dos direitos humanos, dentre delegados e convidados, tivemos a ótima oportunidade de trocar impressões, compreender ainda

mais nossas diferenças e buscar alianças para os momentos difíceis na defesa dos direitos sociais”, ressalta.

Por fim, Izabella realça a importância de participar do evento: “Este processo de participação popular nas políticas públicas é de extrema importância para a representatividade das ações dos poderes públicos e permite o controle social por parte da população. Participar desta esfera de deliberação significa ampliar o leque de informações e de possibilidade de participação das lideranças populares”.